

**CURSO DE DIREITO**

Lisandra Inês Metz

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA  
FÍSICA: UM ESTUDO COM BASE NA CONVENÇÃO SOBRE O DIREITO DE  
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA/2007 E SUA APLICABILIDADE NO MUNICÍPIO DE  
SANTA CRUZ DO SUL**

Santa Cruz do Sul  
2018

Lisandra Inês Metz

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA  
FÍSICA: UM ESTUDO COM BASE NA CONVENÇÃO SOBRE O DIREITO DE  
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA/2007 E SUA APLICABILIDADE NO MUNICÍPIO DE  
SANTA CRUZ DO SUL**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de  
Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul para  
obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientadora: Prof. Dr. Clovis Gorczewski

Santa Cruz do Sul  
2018

## RESUMO

O presente trabalho monográfico tem como objetivo identificar a in(existência) de políticas públicas para pessoas com deficiência física no Município de Santa Cruz do Sul, que possibilitem sua inclusão social, através da acessibilidade. Para isso, busca-se responder ao seguinte problema de pesquisa: Existem, no município de Santa Cruz do Sul, políticas públicas que atendam ao disposto na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de Nova York e com o Estatuto de Pessoas com Deficiência no que tange a acessibilidade? O método de abordagem a ser utilizado no desenvolvimento da pesquisa é o dedutivo, caracterizando-se como estudo exploratório, o que possibilita a identificação da realidade do município de Santa Cruz com relação à existência de políticas públicas para a inclusão de pessoas com deficiência física, através de fundamento na leitura de livros, leitura da legislação, artigos científicos, revistas, dissertações, periódicos e procedimento analítico, ou seja, a técnica de pesquisa é a bibliográfica. A abordagem irá ocorrer em 3 capítulos, sendo que no primeiro será realizada uma breve explanação acerca das políticas públicas, sua origem, seu conceito, suas funções, sua composição e ciclo, seus gêneros e suas garantias. No segundo capítulo será analisada a Convenção sobre Pessoas com Deficiência e a Lei 13.146/15, assim como o conceito e relevância dos direitos humanos e da dignidade da pessoa humana, afim de verificar as garantias do direito humano fundamental de acessibilidade das pessoas com deficiência. Já o terceiro capítulo irá tratar da realidade do município de Santa Cruz do Sul, assim como averiguar a existência das políticas públicas para inclusão social das pessoas com deficiência física e, se estas se coadunam com as garantias de acessibilidade analisadas no capítulo 2. Assim, pretende-se analisar os efeitos da in(existência) das dessas políticas públicas e se estão sendo aplicadas para que a acessibilidade seja garantida de forma plena pelas pessoas com deficiência. Conclui-se que existem políticas públicas no município de Santa Cruz do Sul, assim como também projetos que viabilizem a inclusão social das pessoas com deficiência física através da garantia de acesso aos seus direitos fundamentais, garantindo então acesso à educação, à saúde, a informação, a tecnologia e principalmente de infraestrutura. Por fim, se faz necessário políticas públicas de cunho atitudinal para uma melhor aplicação da lei existente e obtenção de uma inclusão social mais plena.

Palavras-chave: Acessibilidade. Direitos Humanos. Estatuto da pessoa com Deficiência. Pessoa com Deficiência Física. Políticas Públicas.

## **ABSTRACT**

The objective of this undergraduate thesis is to identify in(existence) of public policy for disabled people that enable them to be socially included through accessibility in the town of Santa Cruz do Sul. For this purpose, this question is intended to be answered: Are there public policies that in accordance with the provisions of the Convention on the Rights of Persons with Disabilities and with the Brazilian Statue of Persons with Disabilities on accessibility mattes? The method used to develop the research was the deductive, characterizing this study as exploratory, in order to identify the reality of the Santa Cruz do Sul towards the existence of public policies to include socially physical disabled people, using books, legislation, scientific articles, magazines, thesis and analytical procedure, characterizing the technique used as bibliographic. The approach of this thesis is divided in 3 chapters. In the first one there is a brief explanation about public policies, its origin, concept, functions, composition, cycle, genres and also its guaranties. In the second chapter the Convention on the Rights of Persons with Disabilities and the Law 13.146/15 are going to be analyzed, as well as the concept and relevance of the human rights and the dignity of the human being, in order to check if they guarantee to the disabled people the fundamental human right of accessibility. The third chapter is about the reality of Santa Cruz do Sul. It chekcs the existence of public policies to include socially physical disabled people and also if the public policies are in line with the accessibility guarantees analyzed in the second chapter. Therefore, it is intended to analyze the effects of the in(existence) of the public policies in Santa Cruz do Sul and if they are being applied in order to guarantee full accessibility to the disabled people. As a result, it is concluded that there are public policies in Santa Cruz do Sul, as well as projects that enable the social inclusion of physical disabled people, once they have access to their fundamental human rights, guaranteeing to them access to education, health, information, technology and principally infrastructure. In conclusion, the implementation of attitudinal public policies are necessary for a better application of the existence law and also to obtain a full social inclusion.

Key-words: Accessibility. Human Rights. Statue of Persons with Disability. Physical Disabled people. Public Policies.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>POLÍTICAS PÚBLICAS</b>	<b>13</b>
2.1	Origem, conceito e função das Políticas Públicas	13
2.2	Composição e ciclo das Políticas Públicas	18
2.3	Tipos de políticas públicas e as garantias das políticas públicas	23
<b>3</b>	<b>DIREITOS HUMANOS E A DIGNIDADE DA PESSOAS HUMANA NA CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DE NOVA YORK E NA LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA</b>	<b>28</b>
3.1	Direitos humanos e a dignidade da pessoa humana	28
3.2	A Convenção de Nova York sobre pessoas com deficiências: direitos e garantias de acessibilidade	33
3.3	Lei brasileira de inclusão das pessoas com deficiência: direitos e garantias de acessibilidade	38
<b>4</b>	<b>AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL</b>	<b>43</b>
4.1	A realidade do município de Santa Cruz do Sul e a acessibilidade das pessoas com deficiência	43
4.2	Políticas públicas no município de Santa Cruz do Sul: a legislação municipal para garantias de acessibilidade às pessoas com deficiência física	48
4.3	A in(existência) de outras Políticas Públicas para inclusão Pessoas com Deficiência Física no município de Santa Cruz do Sul	54
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b>	<b>62</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>65</b>
	<b>ANEXO A – E-mail oriundo da Secretaria de Educação Municipal</b>	<b>71</b>
	<b>ANEXO B – Folder dos VI jogos municipais de inclusão</b>	<b>72</b>

<b>ANEXO C – Requerimento de Passe Livre para o transporte interestadual de pessoa carente com deficiência .....</b>	<b>74</b>
<b>ANEXO D – Requerimento para concessão do Passe Livre no transporte intermunicipal .....</b>	<b>75</b>
<b>ANEXO E – Breve histórico do Centro Ocupacional da Pessoa com Deficiência de Santa Cruz do Sul (CODESC) de 2017 .....</b>	<b>77</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho monográfico tem como objetivo realizar um estudo de quais são os reflexos da Convenção sobre Pessoas com Deficiência de 2007, no âmbito da Lei 13.146/15, conhecida como Estatuto da pessoa com deficiência, na garantia de inclusão social das pessoas com deficiência física através das políticas públicas, existentes no município de Santa Cruz do Sul, tendo em vista as barreiras de acessibilidade.

Assim, busca-se responder ao seguinte problema de pesquisa: Existem, no município de Santa Cruz do Sul, políticas públicas que atendam ao disposto na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de Nova York e com o Estatuto de Pessoas com Deficiência no que tange a acessibilidade?

O método de abordagem a ser utilizado no desenvolvimento da pesquisa é o dedutivo, caracterizando-se como estudo exploratório, o que possibilita a identificação da realidade do município de Santa Cruz com relação à existência de políticas públicas para a inclusão de pessoas com deficiência física, através de fundamento na leitura de livros, leitura da legislação, artigos científicos, revistas, dissertações, periódicos e procedimento analítico, ou seja, utilizando-se da técnica de pesquisa bibliográfica.

Para delimitar a temática da pesquisa, considerando que existem outras leis que versam sobre o instituto da Convenção de Nova York, bem como as consequências desta após ser homologada no Brasil em 2009, o foco do trabalho é a análise da coadunação da Convenção de NY com Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), a qual amplia as garantias de inclusão social das pessoas com deficiência no que tange à acessibilidade.

No momento da análise da natureza jurídica dos institutos e sua previsão no ordenamento jurídico, serão trazidas as garantias de acessibilidade das pessoas com deficiência através das políticas públicas, verificando, assim a in(existência) de políticas públicas no município de Santa Cruz do Sul, afim de incluir as pessoas com deficiência socialmente.

O presente trabalho monográfico justifica-se pela existência de barreiras em relação a inclusão das pessoas com deficiência física na sociedade. Desse modo, considerando os termos pejorativos utilizados ao longo do tempo para fazer referência às pessoas com deficiência, fez-se necessário a implementação de políticas públicas para que a percepção da sociedade em relação às pessoas com deficiência

começasse a mudar.

Nesse sentido, após a homologação da Convenção de NY em 2009 no Brasil e a publicação da Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência, se faz cada vez mais necessária a compreensão e o estudo dessas políticas públicas como forma de prevenção e combate as barreiras sociais das pessoas com deficiência, em especial das pessoas com deficiência física, a qual é o foco desta pesquisa.

Assim, a justificativa principal para a realização do presente estudo é a necessidade de compreensão das diretrizes e dos mecanismos legais que versam sobre o tema como requisito essencial para que seja possível a garantia dos direitos das pessoas com deficiência quanto a acessibilidade.

No primeiro capítulo, foram explorados os conceitos, a origem, as funções, sua composição e ciclo, os tipos de políticas públicas e também as garantias que elas possuem quando implementadas corretamente. O objetivo desse capítulo foi fazer com que o leitor tivesse uma noção geral do que se tratam as políticas públicas e qual o seu cerne, visto que, com essa compreensão torna-se mais fácil identifica-las para responder ao problema do trabalho.

Já no segundo capítulo, os direitos humanos e a dignidade da pessoa humana serão os conceitos estudados em primeiro plano, com a finalidade de ressaltar a importância de assegurar os direitos humanos fundamentais das pessoas com deficiência física e conseqüentemente, a sua dignidade, através das diretrizes previstas em âmbito internacional (Convenção de NY) e também em âmbito nacional (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Nesse sentido, vale justificar a escolha do orientador Clovis Gorczewski, visto que seu objeto principal de pesquisa são os direitos humanos, contribuindo, assim, de forma significativa para fazer a relação entre os direitos humanos das pessoas com deficiência com suas garantias previstas em lei.

Ainda no segundo capítulo, afim de introduzir e posteriormente ressaltar a importância da acessibilidade na busca pela garantia de uma proteção dos direitos das pessoas com deficiência física, foram estudados os principais artigos dessas normas, em relação ao acesso à educação, à saúde, à informação, à tecnologia e entre outros.

Após a compreensão do que são as políticas e também das garantias jurídicas internacionais e nacionais sobre as garantias de acessibilidade das pessoas com deficiência física, com a finalidade de incluí-la socialmente, estuda-se no terceiro

capítulo as políticas públicas municipais nesse sentido.

Por fim, o terceiro capítulo contextualiza primeiramente o município de Santa Cruz do Sul e sua realidade, assim como faz referência da acessibilidade na cidade, para que, posteriormente sejam analisadas as políticas públicas decorrentes de leis municipais, projetos e também entidades governamentais que buscam a proteção dos direitos das pessoas com deficiência física, garantindo o seu direito de acessibilidade.

## REFERÊNCIAS

- ACESSIBILIDADE. Entrelinhas, n. 76, maio./jun/jul/ago. 2017.
- APAE SANTA CRUZ DO SUL. Disponível em: <<http://santacruzdosul.apaers.org.br/>> Acesso em: 04 nov. 2018.
- APAE. Estatuto da apae de santa cruz do sul - rs. *APAE*, Santa Cruz do Sul, 09 jul. 2012. Disponível em: <<http://site.siteargus.com.br/677/estatuto/677>> Acesso em: 04 nov. 2018.
- ALVES, M. B.; BARRETO, M. T.; MORAIS, G. L. F. V. A acessibilidade nas empresas: percepção de deficiência visual inseridos no mercado de trabalho. *IX SEGeT*, 2013. Disponível em <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/28516237.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2018.
- BERNARDI, Núbia. *A aplicação do desenho universal no ensino de arquitetura: o uso de mapa tátil como leitura de projeto*. 2007. 340 f. Dissertação (Tese de Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/258187>> Acesso em: 19 maio 2018.
- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 12. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 11 abr. 2018.
- \_\_\_\_\_. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 26 ago. 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)>. Acesso em: 02 out. 2018.
- \_\_\_\_\_. Lei 7.402, de 15 de setembro de 2015. Consolida a legislação do conselho municipal dos direitos da pessoa com deficiência e do fundo municipal de apoio à pessoa com deficiência, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Santa Cruz do Sul, RS, 15 set. 2015. Disponível em: <<http://www.camarasantacruz.rs.gov.br/documento/lei-ordinaria-no-7402-10-09-2015-31716/termo:compede>>. Acesso em: 08 nov. 2018.
- \_\_\_\_\_. Lei 7.669, de 16 de dezembro de 2016. Altera a redação do art. 7º da lei nº 7.633, de 28 de setembro de 2016, que “autoriza o poder executivo a repassar seus recursos financeiros à associação santa-cruzensense de pessoas com deficiência física - aspede, e dá outras providências.”. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Santa Cruz do Sul, RS, 16 dez. 2016. Disponível em: <

<http://www.camarasantacruz.rs.gov.br/documento/lei-ordinaria-no-7669-16-12-2016-34455/termo:ASPEDE>>. Acesso em: 08 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei 6.743, de 16 de maio de 2013. Autoriza o poder executivo a abrir crédito especial no montante de r\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Santa Cruz do Sul, RS, 16 maio 2013. Disponível em: <  
<http://www.camarasantacruz.rs.gov.br/documento/lei-ordinaria-6743-16-05-2013-16941/termo:parque%20da%20cruz>>. Acesso em: 06 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei 7.706, de 08 de março de 2013. Altera a redação dos artigos 6º , 24 e 34 da lei 6.686, de 17 de janeiro de 2013, que “dispõe sobre a estrutura administrativa do município e dá outras providências”. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Santa Cruz do Sul, RS, 08 mar. 2013. Disponível em: <  
<http://www.camarasantacruz.rs.gov.br/documento/lei-ordinaria-6743-16-05-2013-16941/termo:parque%20da%20cruz>>. Acesso em: 06 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei 7.784, de 28 de junho de 2017. Altera TODOS dispositivos da Lei nº 7.018, de 09 de maio de 2014, que “Dispõe sobre o Serviço de Transporte Coletivo de Passageiros por Ônibus no Município de Santa Cruz do Sul/RS, estabelece as normas para concessão e permissão de sua exploração a terceiros, e dá outras providências”. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Santa Cruz do Sul, RS, 28 jun. 2017. Disponível em: <  
<http://www.camarasantacruz.rs.gov.br/documento/lei-ordinaria-no-7784-28-06-2017-35783/termo:7.784>>. Acesso em: 08 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Projeto de lei nº 140/e/2016, de 24 de novembro de 2016. Autoriza o poder executivo a repassar recursos, mediante convênio, ao instituto humanitas fraternidade – ihf, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Santa Cruz do Sul, RS, 24 nov. 2016. Disponível em: <  
<http://www.camarasantacruz.rs.gov.br/documento/projeto-de-lei-do-executivo-no-140-e-2016-34278>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília*, DF, 6 jul. 2015. Disponível em: <  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)>. Acesso em: 20 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. IBGE. *Taxa de Escolarização de 6 a 14 anos de Idade*. Santa Cruz do Sul: IBGE, 2010. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-cruz-do-sul/panorama>>. Acesso em: 18 maio 2018.

BÜRQUER, Lilian Jacobi. A inclusão da pessoa com deficiência na universidade: a inclusão de estudantes com deficiência na universidade de santa cruz do sul. Santa Cruz do Sul. 2018. 131f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado e Doutorado). Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2018.

CAIADO, Kátia Regina Moreno. Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências: destaques para o debate sobre a educação. *Revista*

*Educação Especial*, Santa Maria, v. 22, n.35, p. 329-338, set./dez. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/813/556>>. Acesso em: 13 maio 2018.

CAMBIAGHI, Silvana Serafino. Da acessibilidade. In: FAYAN, Regiane Alves Costa; SETUBAL, Joyce Marquizein (Orgs.) *Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência – comentada*. Campinas: Fundação FEAC, 2016. p. 9-32

CHAGAS, Mônica Furtado Pinheiro. O direito humano de refúgio. In: BARROS, R. F.; LARA, P. M. T. (Orgs.). *Direitos humanos: um debate contemporâneo*. Curitiba: Multideia Editora Ltda., 2013. p. 13-26. Carolina do Norte, Estados Unidos: Lulu Publishing, 2012. p. 425-466. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?id=D8mEAwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=D8mEAwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false)>. Acesso em: 22 maio 2018

COMPEDE. Disponível em: <[http://www.santacruz.rs.gov.br/compede/?page\\_id=8](http://www.santacruz.rs.gov.br/compede/?page_id=8)> Acesso em: 20 maio 2018.

COSTA, A. A.; FORTES, F. S. As políticas públicas e a concreção dos direitos fundamentais na ordem democrática de 1988: uma abordagem segundo o controle jurisdicional. In: COSTA, M. M. M; RODRIGUES, H. T. (Orgs.). *Direito & Políticas Públicas VIII*. Curitiba: Multideia Editora Ltda., 2013. p. 13-26.

COSTA, M.M.M; DIEHL, R. C. A Cidadania em Busca de Efetivação e o Papel das Políticas Públicas na Era da Globalização. In: COSTA, M.M.M; DIEHL, R. C. (Orgs.) *O Direito na Atualidade e o Papel das Políticas Públicas*. Curitiba: Editora CRV, 2015. p. 9-24

FEMINELLA, Ana Paula; LOPES, Laís de Figueirêdo. Disposições gerais/ Da igualdade e da não discriminação e cadastro-inclusão. In: FAYAN, Regiane Alves Costa; SETUBAL, Joyce Marquizein (Orgs.) *Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência – comentada*. Campinas: Fundação FEAC, 2016. p. 9-32

FRANTZ, Diogo; HERMANY, Ricardo. O Papel do Legislativo na Implementação de Políticas Públicas para a Efetivação da Cidadania: uma abordagem a partir da teoria humanista. In: XVII CONGRESSO NACIONAL - BRASÍLIA, 2008, Brasília. *Anais do XVIII Congresso Nacional do CONPEDI*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008. p. 6191-6218. Disponível em: <[https://s3.amazonaws.com/conpedi2/anteriores/XVII+Congresso+Nacional+-+Bras%C3%ADlia+\(20%2C+21+e+22+de+novembro+de+2008\).pdf](https://s3.amazonaws.com/conpedi2/anteriores/XVII+Congresso+Nacional+-+Bras%C3%ADlia+(20%2C+21+e+22+de+novembro+de+2008).pdf)>. Acesso em: 11 nov. 2018.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Ipea planejamento e políticas públicas - ppp*. Brasília, nº 21, p. 212-259, jun. 2000. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89/158>>. Acesso em 11 nov. 2018.

GAZ. Aspede promove copa de basquete em cadeira de rodas. *GAZ*, Santa Cruz do

Sul, 03 jul. 2018. Disponível em:

<[http://www.gaz.com.br/conteudos/esportes/2018/07/03/123845-aspede\\_promove\\_copa\\_de\\_basquete\\_em\\_cadeira\\_de\\_rodas.html.php](http://www.gaz.com.br/conteudos/esportes/2018/07/03/123845-aspede_promove_copa_de_basquete_em_cadeira_de_rodas.html.php)>. Acesso em: 10 nov. 2018.

GAZ. Entidades pedem devolução de equipamentos hospitalares. GAZ, Santa Cruz Sul, 16 jan. 2018. Disponível em:

<[http://www.gaz.com.br/conteudos/regional/2018/01/16/111399-entidades\\_pedem\\_devolucao\\_de\\_equipamentos\\_hospitalares.html.php](http://www.gaz.com.br/conteudos/regional/2018/01/16/111399-entidades_pedem_devolucao_de_equipamentos_hospitalares.html.php)>. Acesso em: 10 nov. 2018.

GAZ. Passe livre tem novas regras para pessoas com deficiência. GAZ, Santa Cruz do Sul, 12 jul. 2017. Disponível em: <

<http://www.santacruz.rs.gov.br/noticias/2537/passe-livre-tem-novas-regras-para-pessoas-com-deficiencia>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

GONZAGA, André dos Santos. A Educação Inclusiva como Direito Fundamental das Pessoas com Deficiência. In: XXVI CONGRESSO NACIONAL DO COMPEDI, 2017, São Luís. *Anais XXVI Congresso Nacional do CONPEDI*, Florianópolis: CONPEDI, 2017. Disponível em:

<<https://www.conpedi.org.br/publicacoes/27ixgmd9/9h4q89rm/Kv0GpqX57SrR46PA.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

GORCZEWSKI, Clovis. *Direitos humanos, educação e cidadania: conhecer, educar, praticar*. 2. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2016.

HERMES, S. R.; MAAS, J. R. S. O que é o projeto sorriso especial? In: DUBOW, C.; KRUG, S. B. F.; WEIGELT, LENI DIAS (Orgs.). *Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência: Vivências, Inovações e Educação em Saúde na 28ª Região de Saúde do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018. p. 113-120. Disponível em:

<<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/livro/rede-de-cuidados-a-pessoa-com-deficiencia/>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

HOCKMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. *Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

KIM, Richard Pae. Fundos Públicos e Políticas Públicas: o regime jurídico e a gestão dos fundos especiais, instrumentos para a implantação e a garantia dos direitos fundamentais. In: CECATTO, M. A. B. et al. *Cidadania, Direitos Sociais e Políticas Públicas*. São Paulo: Conceito Editorial, 2011. p. 519-540

MAAS J. R. S. et al. Projeto sorriso especial: traduzindo sentimentos. In: DUBOW, C.; KRUG, S. B. F.; WEIGELT, LENI DIAS (Orgs.). *Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência: Vivências, Inovações e Educação em Saúde na 28ª Região de Saúde do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018. p. 121-128. Disponível em:

<<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/livro/rede-de-cuidados-a-pessoa-com-deficiencia/>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

MADUREIRA, Isabel; NUNES, Clarisse. Desenho universal para a aprendizagem: construindo práticas pedagógicas inclusivas. *Revista da invenção às práticas*,

Lisboa, n. 2, v. 5, set. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2182-13722015000200008](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2182-13722015000200008)>. Acesso em: 28 out. 2018.

MULLER, C. E.; PELLEGRINI, G. K. F. Pobreza, desigualdade social e desenvolvimento: os reflexos das políticas públicas tributárias. In: COSTA, M. M. M.; RODRIGUES, H. T. (Orgs.). *Direito & Políticas Públicas VIII*. Curitiba: Multideia Editora Ltda., 2013. p. 71-87.

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL. Santa Cruz Hoje. *Município de Santa Cruz do Sul*, 22 mai. 2017. Disponível em: <<http://www.santacruz.rs.gov.br/municipio/santa-cruz-hoje>> Acesso em: 20 maio 2018.

NAAC. Disponível em: <<https://www.unisc.br/pt/naac/apresentacao>>. Acesso em: 14 out. 2018.

NUNES, Rizzatto. *O Princípio Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana: doutrina e jurisprudência*. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2010. 157 p.

PES, João Hélio Ferreira. *A Constitucionalização dos Direitos Humanos Elencados em Tratados*. 2009. 128 f. Tese (Curso de Formação Avançada para o Doutorado em Ciências Jurídico-Políticas) Universidade de Lisboa, Lisboa, 2009. Disponível em: <<https://www.icjp.pt/sites/default/files/media/631-947.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2018.

PINTO, I. C. M. Mudanças nas Políticas Públicas: a perspectiva do ciclo de política. *Revista Políticas Públicas*, São Luis, n. 1, p. 27-36, jan./jul. 2008. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/3211/321127273003/>>. Acesso em: 26 maio 2018.

PIOVESAN, Flávia. Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição Brasileira de 1988. In: GIOVANNETTI, Andrea (Org.). *60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos: Conquistas do Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

\_\_\_\_\_. Flávia. *Direitos humanos e justiça internacional*. São Paulo: Saraiva, 2006.

REICHER, Stella Camlot. Do reconhecimento da igualdade perante a lei, da tutela, curatela e da tomada de decisão apoiada. In: FAYAN, Regiane Alves Costa; SETUBAL, Joyce Markezim (Orgs.) *Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência – comentada*. Campinas: Fundação FEAC, 2016. p. 241-258

REIS, Jorge Renato dos Reis; KONRAD, Letícia Regina. O direito fundamental à solidariedade: a aplicação do instituto no direito civil. *Revista novos estudos jurídicos*, vol. 20, n. 1, p. 59-87, jan./abr. 2015. Disponível em: <<https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/7195>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

RINGOLIN, C. C.; HAYASHI, M. C. P. I. Por dentro dos “reservatórios de idéias”: uma agenda de pesquisa para os think tanks brasileiros. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p.20-33, mar. 2012. Disponível em:

<http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3340/2946>>. Acesso em: 20 maio 2018.

ROSA, J. M.; STURZA, M. P. A Educação para pessoas com necessidades educativas especiais no Brasil: reflexos trazidos pela declaração universal dos direitos humanos e pela emenda constitucional 45. In: GORCZEVSKI, Clovis (Org.). *Direitos humanos, educação e sociedade*. Porto Alegre: Gráfica UFRGS, 2009. p.113-136.

RUBIO, David Sanchez. *Fazendo e Desfazendo Direitos Humanos*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

SARLET, Ingo Wolfgang. *A Eficácia dos Direitos Fundamentais*. Porto Alegre: Editora Livraria do Advogado, 2009.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. In: CANELA, Guilherme (Org.). *Mídia e Deficiência*. Brasília: Andi, 2003. p. 160-165. Disponível em < [http://www.andi.org.br/sites/default/files/Midia\\_e\\_deficiencia.pdf](http://www.andi.org.br/sites/default/files/Midia_e_deficiencia.pdf)>. Acesso em: 08 set. 2018

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. *Revista Nacional de Reabilitação*. São Paulo, v. 22, n.35, p. 329-338, set./dez. 2009. Disponível em: <[https://acessibilidade.ufg.br/up/211/o/SASSAKI\\_-\\_Acessibilidade.pdf?1473203319](https://acessibilidade.ufg.br/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319)>. Acesso em: 02 nov. 2018.

SCHMIDT, João Pedro. *Políticas Públicas: aspectos conceituais, metodológicos e abordagens teóricas*. Inédito

SECCHI, Leonardo. *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SIMONI, A. C. R. et al. Tecendo redes intersetoriais de cuidado e garantia de direitos das pessoas com deficiência: a experiência do núcleo de apoio técnico ao ministério público estadual de santa cruz do sul. In: DUBOW, C.; KRUG, S. B. F.; WEIGELT, LENI DIAS (Orgs.). *Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência: Vivências, Inovações e Educação em Saúde na 28ª Região de Saúde do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018. p. 15-24. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/livro/rede-de-cuidados-a-pessoa-com-deficiencia/>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre. n. 16, p. 20-45. Jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. Universal Declaration of Human Rights. *United Nations Audiovisual Library of International Law*. United Nations, 2008. Disponível em: <<http://legal.un.org/avl/ha/udhr/udhr.html>>. Acesso em: 12 maio 2018.

TORRES, Ricardo Lobo. O Mínimo Existencial e os Direitos Fundamentais. *Revista Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, v. 177, p. 29-49, jul./set. 1989. Disponível em:

< <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/46113>>. Acesso em: 08 nov. 2018.

VERLOO, M.; ROGGE BAND, C. Gender Impact Assessment: the development of a new instrument in the Netherlands. In: *Impact Assessment*. Issue I. v. 14. 1996.

Disponível em:

<<https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/07349165.1996.9725883>> Acesso em: 28 abr. 2018.